

CAPÍTULO 2

No nosso segundo aniversário, o envelhecimento ...¹

Maria do Céu Patrão Neves

Desejo iniciar esta minha intervenção no presente Seminário, dedicado a “Repensar o idoso na actualidade”, por felicitar a organização pela iniciativa de assim celebrar o “dia do idoso”. Desejo igualmente agradecer o generoso convite que me foi dirigido para aqui estar presente e que aceitei com muito gosto, não obstante não possuir qualquer qualificação específica para falar sobre a matéria.

Neste contexto, deparei-me com uma primeira dificuldade: por que tema optar? As questões específicas aos idosos não fazem parte certamente da minha área de estudos ... Mas farão parte da minha área de interesses? Sim, sem dúvida, se não primeiramente em termos académicos, certamente em termos vivenciais, e de uma forma incontornável à medida que vou envelhecendo.

Se bem que não tenha o privilégio de experienciar uma existência tão longa como a maioria dos que aqui hoje se reúnem, partilho indubitavelmente o processo de envelhecimento convosco. Aliás, numa aceção muito ampla de “envelhecimento” (alargada no tempo e no espaço), podemos afirmar que este se inicia com o nascimento ou a própria geração e se estende a todos os seres vivos na natureza. Não obstante, e numa conceptualização mais rigorosa, chamamos preferencialmente “envelhecimento” ao processo que decorre a partir do auge do nosso desenvolvimento, da maturidade, e não antes – período este a que nos referimos como sendo de “crescimento”. Simultaneamente, também não podemos perspetivar o processo de envelhecimento das pessoas e

¹ Reflexão apresentada no Seminário “Repensar o Idoso na Actualidade”, que se realizou em Ponta Delgada, na Universidade dos Açores, no dia 1 de Outubro de 2004, promovida pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

dos demais seres como comum. Sê-lo-á em termos biológicos, mas no homem o biológico é apenas uma dimensão de si, e sempre condição de desenvolvimentos singulares. O envelhecimento da pessoa nunca se reduz a um fenómeno biológico; é uma realidade humanizada, construída, reinventada ou a reinventar por cada um. O envelhecimento das pessoas é um processo biológico humanizado e é neste plano que desenvolverei a minha reflexão. Ou seja, num plano em que o envelhecimento não é mais perspectivado apenas como uma realidade que se abate inexoravelmente sobre nós – destino –, mas como uma nova condição ou circunstância da nossa existência que nos obriga a repensar a nossa vida e a reprogramar a nossa ação – desafio.

Explicitada a perspectiva por que considero pertinente refletir sobre o envelhecimento, a minha interrogação inicial persistia: que tema abordar desta realidade tão humana? E ainda: que poderei eu dizer sobre este assunto a que tantos especialistas (para além de biólogos) se têm dedicado e sobre que tanto se tem falado e escrito? Permitam-me que prossiga este meu relato introspetivo que me conduziu ao tema que agora vos proponho: “No nosso segundo aniversário, o envelhecimento...”.

Para responder a estas questões, rebusquei na minha memória os traços consensuais dominantes dos atuais discursos sobre os idosos e a velhice. São estes traços, certamente, que desenham a base de toda a reflexão sobre o envelhecimento e a velhice. Por isso, optei por os considerar, se bem que de forma breve, no que será o primeiro momento da minha intervenção.

Ao mesmo tempo que não podia impedir que ecoasse na minha mente a interrogação acerca do que ainda poderá ser dito de relevante sobre a matéria que não seja mera repetição do dito. Optei então por aprofundar o meu pensamento sobre o que é o envelhecimento, no plano existencial e subjetivo em que cada um de nós se singulariza, e perguntei-me: o que é para mim o envelhecimento?

– Parece-me ser uma segunda etapa, a última das duas únicas que considero que a nossa vida tem.

Esta minha ideia explica-se facilmente através de uma imagem. Vejo a vida como se fosse um escorrega, em que todos nós brincámos quando éramos crianças e que ainda hoje existem em parques infantis: começamos por subir as escadas íngremes, que se erguem quase na vertical, precisando de usar cada vez mais força e mais audácia à medida que nos aproximamos do patamar do topo. Aí paramos. Mas apenas por breves segundos (se tanto ...), pensando já no que vem a seguir. Não olhamos para trás, não apreciamos a vista, nem tão pouco nos detemos para preparar o que vem a seguir. Depressa, arriscamo-nos na descida, um percurso bem mais longo do que a subida, mas que se precipita a uma velocidade sempre crescente, à medida que nos aproximamos do encontro com o solo em que a corrida finalmente termina. São dois os percursos da nossa vida: um ascendente e outro descendente. O primeiro é o do “crescimento” o último o do “envelhecimento”.

Este será o tema do segundo momento desta palestra a que se seguirá necessariamente um terceiro relativo à questão: como preparar e realizar este percurso descendente da nossa vida? Isto é, como percorrer a alucinante descida do nosso envelhecimento, no “escorrega” da nossa vida, com a mesma excitação e alegria com que nos aventurávamos no “escorrega” da nossa infância? – eis o que me ocupará no terceiro e último momento desta reflexão.

1. Começarei pois por me referir ao muito que se fala sobre o idoso o que, só por si, se apresenta já como um aspeto positivo. Afinal, até se diz “façam bem ou façam mal, mas façam de mim”. Hoje fala-se do idoso e até se fala bem. O discurso sobre o idoso é invariavelmente de apelo: ao reconhecimento do muito que fizeram na vida e seu contributo para a sociedade; e ao dever de retribuição que esta tem no cuidar dos idosos. Por vezes, chama-se a atenção para o que os idosos podem ainda fazer pela sociedade a que pertencem, regra geral no apoio à família ou como repositório de experiências de vida a transmitir.

Falando-se tanto do idoso e falando-se bem depara-se-nos como quase paradoxal que este seja cada vez mais negligenciado na sociedade, que mereça cada vez menos atenção, respeito e carinho. E sabemos que é verdade se olharmos para alguns indicadores sociais como, por exemplo, a crescente percentagem de suicídios entre as pessoas idosas – o que testemunha a vivência de situações interpretadas como insustentáveis. O abandono, a solidão, são talvez os aspetos mais determinantes, entre uma panóplia de fatores, que conduzem a decisões mais desesperadas. Quem não ouviu, nas notícias desta semana, o caso de um idoso italiano que, cansado da solidão, colocou um anúncio no jornal propondo-se para adoção, como avô, por uma família que o quisesse acolher?!

Recentemente apareceram também dados surpreendentes (ou talvez não) acerca do aumento de agressões dos filhos sobre os seus pais idosos – mais um testemunho do desprezo a que podem ser votados. Mas não é preciso esforçarmo-nos para encontrarmos no quotidiano sinais evidentes da desvalorização do idoso. Quantos idosos hoje se queixam de não se atreverem a repreender uma criança desconhecida que encontrem praticando uma ação reprovável. Há alguns anos, confiava-se que os mais velhos podiam ser um complemento para a educação dos filhos da comunidade e estes respeitavam a palavra dos mais velhos. Hoje mais frequentemente não ligam, troçam, insultam e ameaçam. Talvez então os discursos pró-idoso, politicamente corretos, sejam também eles sinal da desvalorização do idoso a qual se quer contrariar, ao mesmo tempo que denotam igualmente um sinal positivo no inconformismo perante a situação e no empenho em alterá-la a favor dos mais idosos.

A situação descrita – de prevalência da negligência do idoso a par dos discursos pró-ativos – devia ser tanto mais surpreendente quanto é do conhecimento comum que brevemente a população com mais de 65 anos ultrapassará o número de pessoas com 15 anos em Portugal e que haverá então 2,5 idosos por cada cidadão profissionalmente ativo – realidade comum a grande parte do mundo ocidental e que não poderá ser certamente invertida nos próximos anos. Hoje a expectativa de vida é cada vez maior (sobretudo graças ao progresso da medicina e

ao melhoramento das condições de vida); e se, há dez anos, era rara a existência de centenários, hoje são já aos milhares. O aumento, quase exponencial, da população idosa não deveria corresponder a um maior apreço por esta faixa etária?!

A nível institucional esta realidade tem estado bastante presente e é justo dizer-se que atualmente se adotam cada vez mais e melhores medidas sociopolíticas de proteção dos mais velhos, se bem que possamos dizer que são ainda insuficientes na resposta positiva às muitas e diversas situações que o envelhecimento envolve.

Do ponto de vista sociopolítico, criaram-se meios de apoio domiciliário na doença (assistência clínica), na debilidade física e económica (entrega de bens alimentares confeccionados ou não), na solidão (linhas verdes); criaram-se também alguns lares e centros de dia em que se procura atender aos principais males que afetam os idosos, a doença e o abandono; organizam-se eventos especialmente dirigidos para os mais velhos, como excursões, espetáculos, almoços, tardes de dança; estipulou-se a redução de preços de diversos bens sociais para os mais velhos; há empenho para que as reformas não sejam atingidas pela inflação; etc. Estas iniciativas são tanto estatais como promovidas por associações de solidariedade social e contam, regra geral, com a dedicação de voluntários.

Podemos dizer, como muitos o fazem, que algumas destas medidas são mais fortemente influenciadas por motivações eleitoristas do que por genuínas intenções humanitárias, até mesmo derivado do facto da população idosa estar a aumentar em número e, assim também, em poder ou “peso” político. Aliás, com a mesma intencionalidade de aproveitamento político, encontramos já em muitos países, e também no nosso, idosos que se organizam num espírito “lobista”, de tipo partidário ou sindicalista, no sentido de criarem pressão a favor da defesa dos seus interesses enquanto grupo. Trata-se de formas de atuação sociopolítica, com aspetos positivos – reconhecimento de interesses comuns e capacidade de organização – e negativos – adoção de uma perspetiva autocentrada e de desenvolvimento de relações de poder – a que não nos pretendemos dedicar. De facto, enunciámos a perspetiva sociopolítica, mais comunmente desenvolvida

na reflexão sobre os idosos, precisamente para nos distanciarmos dela, não numa postura crítica (que seria irrealista pois são as iniciativas sociopolíticas que estabelecem as condições indispensáveis para o bem-estar dos idosos), mas numa atitude de procura de alternativa, de procura de um outro discurso que, sem ser necessariamente inédito, tenha sido menos percorrido até ao presente.

Refiro-me a um discurso de índole personalista que tem por fim a preservação da humanidade, da dignidade humana de cada um. Este discurso personalista é, à semelhança de todo o discurso social, também humanista, mas, ao contrário dos discursos mais comuns, interpela individualmente cada um dos idosos na sua singularidade e na sua capacidade de resposta. Partimos assim do pressuposto que, se é verdade que todos os cidadãos e também os idosos carecem de condições de bem-estar que só podem ser proporcionadas a nível sociopolítico, também não é menos verdade que nenhuma instituição, ou comunidade em geral, pode agir em prol do idoso sem a colaboração e empenho deste. Tal como a sabedoria popular diz (e perdoem-me a citação): “pode-se levar o cavalo até à água mas não obrigá-lo a beber”. Isto é, no presente contexto, não basta a ação sociopolítica, se bem que seja francamente indispensável e preciosa. Importa considerar também o que cada um de nós, individualmente, pode fazer por si, o que me parece ser uma reflexão indispensável e de influência positiva mesmo a nível sociopolítico, se bem que mais frequentemente negligenciada. Afinal, somos nós os primeiros a ter de preparar esta nova etapa da nossa vida: a da vereda inclinada, da descida do escorrega da nossa infância, a de uma segunda etapa ou o que eu designo como “o nosso segundo aniversário”. De facto, creio que só fazemos anos duas vezes.

2. Concorde comigo que “fazer anos” é entrar numa nova idade. Cada vez que celebramos o nosso aniversário, ano a ano, sucessivamente, entramos numa nova idade, que se traduz na adição de mais um à conta dos anos que já “tínhamos”: fazemos 10, 11 12 anos; depois, 43, 44, 45; e mais tarde 76, 77, 78 ... Mas esta é apenas a nossa “idade social”: aquela

que, quando éramos crianças decidia se pagávamos ou não bilhete nos transportes, no cinema, ...; que depois decidiu o ano da entrada para a escola ou, bem mais tarde, para a apresentação ao serviço militar, etc., etc. Esta "idade social" está hoje bem estruturada em "quatro idades". Aliás, primeiramente falava-se apenas de três idades e os idosos correspondiam à terceira idade; hoje, com o aumento de anos de expectativa de vida e o aumento de número de idosos, fala-se já de quatro idades, ocupando os idosos a terceira e a quarta idades.

Mas a "idade social", que pretende traduzir a "idade biológica", não coincide necessariamente com esta. O metabolismo dos indivíduos que determina a idade biológica não é uniforme como a contagem convencionada dos anos sociais o é. Por isso, quando se vai ao médico pode-se ouvir dizer "o seu coração é o de uma pessoa jovem" ou, pelo contrário, "o seu coração é o de uma pessoa idosa", isto é, a idade que o coração apresenta, baseada em critérios de funcionalidade, não é idêntica à idade do bilhete de identidade. O mesmo acontece também com os ossos e sabemos que a "idade óssea" é um fator de crescimento importante a ter em conta na vigilância da saúde da criança. De facto, todos nós sabemos que as pessoas que têm, por exemplo, a "idade social" de 60 anos, não apresentam todas o mesmo nível de vitalidade, umas vivendo como se mais novas fossem outras como mais velhas.

Em sentido inverso, também a "idade biológica" não coincide com a "social" porque se, ontem, ter 50 anos era ser-se velho, hoje é estar no auge da maturidade; e não é raro encontrarmos pessoas de 70 anos que não podemos designar como "idosas", dado o nível de atividade que mantêm. São apenas "mais velhas" do que nós, do que alguns de nós. Deste modo, sob esta dupla perspectiva – biológica e social –, a velhice é relativa.

Mas não é apenas a "idade social" e a "idade biológica" que importam. Importa ainda a "idade psicológica", certamente menos objetiva que a primeira e menos evidente que a segunda, mas também certamente não menos real. A "idade psicológica" não é a dos registos institucionais, nem a dos organismos vivos, mas antes a da nossa mente, a das nossas vivências, das nossas experiências, a que sentimos e habitamos. Sim, a

que “habitamos” porque todos nós habitamos uma idade que não tem de coincidir com a “social” ou a “biológica”. Por isso, se se ouve dizer “já tem idade para ...” ou “já não tem idade para...” é porque nos situamos, pelo nosso pensar e agir, fora da nossa idade social e/ou biológica. Comportamo-nos como se a nossa idade fosse apenas determinada pelo sentimento que temos de nós próprios. É uma idade particular e íntima, existencial. A “idade psicológica” é a que vivemos no dia-a-dia, sem tropeçar no espelho.

É no contexto da “idade psicológica” que, creio, só celebrarmos dois aniversários no curso da nossa existência, como que só fazemos anos duas vezes ao longo de toda a nossa vida.

2.1. O primeiro aniversário acontece sensivelmente no início da adolescência quando cada um se descobre como ser singular, como entidade distinta das demais, numa tomada de consciência de si, de uma consciência reflexiva, na descoberta e invenção de uma identidade única, de uma identidade própria. Neste plano existencial, que é o da “idade psicológica”, a data do nosso nascimento – da passagem da vida intrauterina para a vida extrauterina (ou do momento da nossa concepção em que verdadeiramente se iniciou a formação do nosso ser e que, afinal, ninguém celebra) – não é particularmente relevante. Então, era a vida que se exprimia em nós; não éramos nós que vivíamos a existência. Neste mesmo sentido, pouco importam também os episódios de que nos recordamos da nossa infância – fotografias ou instantâneos da vida que nos era dada a viver, que os nossos pais foram construindo para nós. Mais uma vez não éramos nós os autores. Só na adolescência começamos a ganhar uma plena consciência da nossa identidade singular e começamos a moldá-la de acordo com os nossos projetos. Só então passamos a ser nós próprios, só então passamos a ser. De facto, só então cada um nasceu para si, não para os outros mas para si, na descoberta de si próprio.

No nosso primeiro aniversário, o do nascimento e crescimento, celebramos a descoberta e a invenção da nossa identidade. Trata-se por vezes, inicialmente, de uma celebração eufórica. A afirmação de si pode ser autoritária, num distanciamento não raramente agressivo dos outros, antes

próximos. Os novos poderes, de uma vontade individual e de um corpo mais forte, podem conduzir a um testar constante e cada vez mais violento das novas possibilidades: a prática de desportos radicais (*bungi jumping*), a exposição a perigos vários (*speed racing*), são modalidades distorcidas de experimentar a sua existência, de se reconhecerem vivos. Acontece mesmo perder-se o sentido do seu carácter precívél, isentando o corpo de limites. É-se imortal.

Mas, para além de alguns eventuais excessos (típicos das festas de anos), o nosso primeiro aniversário é sempre o da afirmação da realidade única que somos. É então que percebemos se somos sinceros ou não (se fomos verazes ou antes mentimos em proveito próprio), se somos solidários ou não (se tivemos atenção aos outros ou se estivemos muito ocupados connosco), se somos trabalhadores ou não (se estudámos para saber ou copiámos para ter boas notas), se somos perseverantes ou não (se nos empenhámos nas causas em que acreditávamos ou se nos abandonámos ao comodismo da inércia) ... E essa identidade que na adolescência forjamos para nós e a imagem que fazemos de nós e que projetamos para os outros perdura ... Aos 30, aos 40, aos 50, talvez ainda aos 60 anos somos como éramos, como somos aos 20. Sentimo-nos como sempre fomos: nós próprios!

2.2. É verdade que, entretanto, começamos a ser tratados diferentemente, talvez de acordo com a idade biológica, consoante os anos que aparentamos, e de acordo com a idade social, consoante a interpretação social dos anos que aparentamos – anos que, biológica e socialmente, se vão sempre somando, todos os anos, mas que não sentimos, não sentíamos. Apercebemo-nos então, de repente, que os outros não nos veem como nós próprios nos vimos, como nos sentimos.

Subitamente, também, precisamos de usar óculos, cansamo-nos mais facilmente, surge uma dor nas articulações... Olhamos então para o espelho e descobrimos que mudámos: temos rugas, o cabelo embranqueceu e rareou, o corpo mudou de forma e está flácido, parece que estamos um pouco mais baixos ou curvados. Percebemos agora como os outros nos

veem, mas não somos ainda capazes de nos reconhecer. Ainda temos 20 ou 30 anos. E prosseguimos vivendo a nossa vida.

Mas os anos, biológicos e sociais, continuam a passar, a somar e, num determinado momento, ou paulatinamente, a nossa realidade corpórea impõe-se-nos decisivamente. O que somos encontra agora um obstáculo significativo para prosseguir como até então: o nosso corpo. Já não se trata apenas de uma mera questão estética na mudança da aparência do nosso corpo; é uma verdadeira incapacidade física que me impede de fazer o que sempre fiz, que me impede de ser como sempre fui, de continuar a ser quem era. O corpo de que eu dispunha ao sabor da minha vontade, como meu instrumento, comanda agora a minha vontade e a minha vida, ditando impiedosamente os seus limites.

Agora, decisiva e definitivamente, não podemos continuar a ignorar a presença, cada vez mais pesada, do nosso corpo e a manter a nossa primeira idade, a da descoberta de nós próprios. Agora, impõe-se a descoberta de uma nova idade em que a conquista de si, a autonomia, se esbate em perdas sucessivas – da juventude, da saúde, da profissão, dos pais e outros familiares e amigos, ... –, convertendo-se em vulnerabilidade. Somos agora outros, numa mudança de identidade ditada pelo corpo, ditada pelo corpo à vontade e não pela vontade ao corpo, como no nosso primeiro aniversário. Somos “idosos”.

3. Tomámos agora também consciência da descida no “escorrega” da nossa vida que já há muito se iniciara, mas que só agora se torna alucinante, vertiginosa. Ainda ontem foi Natal e já amanhã é Natal outra vez ... O tempo escoa-se pela nossa vida como a água entre os dedos em concha da nossa mão ... E desapontados, frustrados, zangados com uma vida que teima em fugir-nos, ou tão simplesmente conformados, acomodados, resignados com uma vida que parece não mais podermos controlar, passamos a começar as nossas conversas por “no meu tempo ...” – no que não é uma mera recordação, mas expressão de um saudosismo frequentemente queixoso e estéril.

Mas este novo tempo, que é agora de envelhecimento, continua a ser meu de pleno direito, exceto se eu me retirar dele, se me demitir de o habitar, de nele existir. Então, reduzida à extrema passividade, ficarei à espera da morte, como a única certeza da vida. O olhar parado atrás de uma janela, na soleira da porta ou num banco de jardim, reflete por vezes, apenas, a vida que passa ao largo, sem ser vivida.

Neste momento da minha reflexão será agora tempo para de novo voltar a falar de exigências sociais, de imperativos políticos, da necessidade de apoios, da obrigatoriedade de cuidados. São indispensáveis – já o dissemos – e sempre insuficientes; mas dissemos também que não é no plano sociopolítico que queremos prosseguir a reflexão, mas antes no existencial. Neste plano a pergunta não é “o que é que as instituições podem fazer por nós, os idosos?” mas “o que é que nós, idosos ou ainda jovens, podemos fazer por nós, na celebração do nosso segundo aniversário, como tempo de vida e sempre como o nosso tempo?”. E repito a interrogação anterior: “como preparar e realizar o percurso descendente da nossa vida?”

Mais uma vez não quero repisar o que é o do conhecimento comum: desenvolver hábitos saudáveis, fazendo algum exercício, andando a pé, tomando refeições equilibradas, sem abusar de gorduras ou sal, não fumar, etc., etc. Interessa-me mais, para além dos pequenos grandes atos do quotidiano, averiguar o tipo de ação, de médio e longo prazo, que nos prepara para vivermos o envelhecimento em plenitude.

Nos países que ganharam primeiramente consciência do aumento ímpar da população idosa e da multiplicação das dificuldades pessoais e dos problemas sociais que tal acarreta, começaram a desenvolver-se programas de formação antecipada para o envelhecimento. Estes programas, que visam despertar cada cidadão para a necessidade, se não mesmo obrigatoriedade, de preparar a sua velhice, só têm condições para se desenvolver numa sociedade que, de uma forma realista e sem demagogias sociais, políticas e morais, reconheceu a impossibilidade de cada um dos seus idosos ser acolhido por uma família. As razões são muitas, desde as mais óbvias – as famílias deixaram de ser numerosas pelo que os atuais e sobretudo os futuros idosos poderão nem sequer ter filhos que, supostamente, os

deveriam acolher – até às circunstanciais – como seja a extrema mobilidade da população ativa incompatível com o cuidado continuado a um idoso dependente ou não. O discurso sociopolítico dominante de que o idoso se deve manter na sua casa, com o apoio da família e, na pior das hipóteses, mudar para casa dos seus filhos, tende a tornar-se socialmente culpabilizante e politicamente desculpabilizante. Socialmente culpabilizante, porque impõe às famílias o stress, por vezes insustentável, de cuidar do seu idoso na casa do próprio, fazendo as compras, limpando a casa, organizando a assistência à saúde e mesmo dormindo fora da sua casa para acompanhar o seu idoso, com custos incalculáveis para si e para a família que constituiu. No caso do idoso passar a viver com um filho, são outros os eventuais problemas que surgem decorrentes também de fatores diversos como sejam o atual espaço exíguo das casas ou a alteração daquela dinâmica familiar. Sem dúvida que os pais esperam que os seus filhos lhes dediquem atenção e lhes prestem cuidados, isto é, que os amem. Mas é esse amor, e referimo-nos apenas àqueles que amam e se sacrificam, que pode impor esforços extremamente lesivos do bem-estar a que também os cuidadores familiares têm direito. Politicamente desculpabilizante, porque dispensa o Estado de criar soluções dignas de bem-estar para os seus idosos sem sacrificar a geração mais jovem que, num discurso humanitarista, responsabiliza pela ausência de respostas afirmativas para diversas situações.

Estou bem consciente de que este não é o tipo de discurso “politicamente correto”, que colhe palmas, na doce ilusão de que os nossos desejos de uma vida boa, ideal, na nossa velhice, se tornarão realidade. A realidade, porém, é outra. A realidade é, por exemplo, a daquela senhora que eu conheço bem e que tem já hoje noventa e muitos anos. Uma senhora que vivia sozinha, ainda com plenas capacidades para tomar conta de si e possuindo uma grande família, com filhos, netos e bisnetos. Um belo dia, decidiu sair de casa e mudar-se para um lar. Surpreendida, perguntei-lhe porquê. A resposta saiu clara e convincente. Passava os dias sozinha, preocupada com as lides domésticas e a própria casa a precisar de um arranjo aqui outro acolá; os filhos, os netos, tinham a sua vida e raramente a visitavam. Agora tinha sempre companhia quando queria e

também a possibilidade de estar sozinha se desejasse, havia quem cuidasse das refeições, das roupas, ..., organizavam-se atividades diversas, ... Esta senhora foi capaz de decidir o que era melhor para ela. E é a procura deste “melhor” para cada um dos casos que do ponto de vista social é preciso desenvolver, na procura de soluções particulares adequadas para o idoso e sua família, e que do ponto de vista político é preciso possibilitar, na disponibilização de meios para concretizar as soluções enunciadas, em vez de impor um único modelo de atuação, implicitamente criticando quem o não quer ou não o pode adotar. E é a procura deste “melhor” que cada um de nós tem também o dever de procurar e preparar, na inalienável coresponsabilidade no nosso destino.

Os programas de formação antecipada para o envelhecimento, que se iniciam progressivamente a partir dos cinquenta anos, insistem bastante na consciencialização dos direitos específicos dos idosos e na sua prática consciente, livre e responsável. Esses direitos são: a autonomia, a promoção de condições para que o idoso se mantenha independente, enquanto lhe for física e mentalmente possível e pessoalmente desejável; a participação social, na recetividade da comunidade dos diferentes contributos que cada idoso é capaz de desenvolver; a prestação de cuidados, na exigência de cuidados de saúde proporcionados que viabilizem o exercício dos restantes direitos; a autorrealização, no reconhecimento de que toda a vida humana, em qualquer fase da sua existência, consiste num processo contínuo de realização pessoal; e a dignidade, no respeito por cada identidade pessoal, de valor invariavelmente incondicionado.

A par da assunção dos direitos, e muito especialmente numa perspectiva personalista e existencial, importa também reconhecer que cada um dos enunciados direitos consiste simultaneamente, num dever a que só o próprio pode responder: a autonomia, no esforço por se manter atualizado ou informado principalmente acerca do que lhe diz respeito, para poder tomar decisões esclarecidas; a participação social, no esforço por se manter ativo, necessário e útil na comunidade a que pertence; a prestação de cuidados, no esforço por zelar pela sua saúde, evitando a negligência assim como preocupações excessivas; a autorrealização, no

esforço por continuar a elaborar projetos, por estabelecer metas a alcançar; e a dignidade, no respeito e estima por si.

Mas o aspeto fundamental para percorrermos o sentido descendente da nossa vida parece-me ainda ser aquele que encontrei num trabalho de Daniel Serrão (2001) intitulado “receita para não envelhecer”. Diz ele:

“Fora de Portugal olhava numa estação televisiva americana a entrevista feita a uma glória da literatura anglo-saxónica, então com 86 anos.

A jovem jornalista, de microfone agressivo em punho, disparava perguntas sobre perguntas à senhora, elegantemente vestida, com um belo cabelo louro-prateado, sóbria de jóias nas mãos patricias, sentada com distinção natural, no jardim de uma daquelas mansões do período colonial, que costumamos ver nos filmes de época de Hollywood. Com paciência e até com alguma complacência, foi respondendo à revoada de questões sobre as suas obras, muitas delas já adaptadas a filmes, sobre prémios e outras distinções recebidas, tiragens, traduções em várias línguas – e por aí fora.

Até que a irrequieta jornalista disparou a pergunta fatal que em português seria, mais ou menos, assim: Nesta sua idade avançada, o que é que a faz correr e amar a vida (que, subentendia-se, vai terminar em breve)?

A senhora levantou-se, quase sem dificuldade, deu uns passos pelo jardim, para indicar que a entrevista estava terminada, voltou-se e, com uma expressão facial de irónica comiseração, disse apenas: ‘curiosidade’.” (Serrão, 2001, pp. 44-45).

Curiosidade, é a curiosidade que articula e unifica, que dá sentido a todos os requisitos antes apontados e descobre ou confirma uma direção ou projeto de vida da pessoa agora idosa. Curiosidade de ver, de ouvir, de aprender, de experimentar, ... a vossa de estar aqui. É preciso não somar às perdas naturais e inevitáveis de quem envelhece a perda da curiosidade, do interesse pelo que a rodeia. Eis o que, afinal, nos pode fazer ser respeitados

não apenas pela eventual gratidão perante o muito que antes fizemos ou pela possível utilidade do nosso repositório de lembranças, isto é pelo nosso passado, (como antes apontamos e) como os corretos discursos sociopolíticos não se cansam de repetir, mas sermos respeitados pelo que hoje somos e pelo que amanhã podemos ainda vir a ser, isto é pelo nosso presente e pelo nosso futuro. Pelo nosso futuro também, porque enquanto celebrarmos o nosso segundo aniversário, o do envelhecimento, a pessoa que somos mantém a capacidade de evoluir e de se transformar, de inovar e de surpreender, convertendo as idades da vida em metamorfoses da sua existência.

Referências

- Serrão, D. (2001). Receita para não envelhecer. *Revista Humanidades: Cultura e Cidadania*, 1 (4), 44-45.